

MATERIALISMO ELIMINATIVO E A FOLK PSYCHOLOGY: UMA ONTOLOGIA DOS FENÔMENOS MENTAIS?

BRITO, Tarcísio Corrêa; VASCONCELLOS, Viviane Nakayama Borges;
PEREIRA, Letícia Maria Borges; LAURO, Monalisa Maria

Resumo: O problema mente-cérebro há séculos é debatido por filósofos e cientistas. Na atualidade, é possível observar um crescente entusiasmo com as diferentes promessas materialistas – p.ex., teoria da identidade, materialismo reducionista, materialismo eliminativo – que, de modo geral, sustentam uma realidade puramente material para os fenômenos mentais. Com relação às concepções materialistas, e do nosso interesse discutir o Materialismo Eliminativista dos Churchlands, a fim de compreender sua tese de que a *Folk Psychology* (Psicologia Popular) precisa ser substituída pelo relato neurocientífico. Ao longo do trabalho procuramos apresentar a complexidade inerente à investigação da natureza da vida psíquica, destacando as objeções feitas a essa interpretação materialista.

Palavras-Chave: Problema mente-cérebro. Materialismo. Psicologia.

Introdução

Desde a sua constituição como ciência, a psicologia apresenta uma diversidade metodológica e teórica na compreensão da vida mental (FIGUEIREDO, 2000). Nesse cenário, um dos tópicos problematizados se refere à natureza da mente e às suas interações com o corpo e/ou o cérebro. Tradicionalmente a formulação moderna desse problema remete à concepção dualista, formulada inicialmente por Descartes, ao sustentar que há uma descontinuidade essencial entre o mundo físico e o mental. Em outras palavras, Descartes afirma que a mente possui uma natureza não extensa e não espacial, e, por conseguinte, entende que ela não partilha de nenhuma

propriedade do mundo físico, sendo, portanto, diferente e independente do próprio corpo (DESCARTES, 1637/2007).

Apesar da concepção dualista ainda ser bastante popular – como podemos observar, por exemplo, nas propostas do paralelismo psicofísico e do dualismo de propriedades que surgiram ao longo da história da filosofia e ainda hoje são reivindicadas por filósofos e admitidas em teorias psicológicas –, ela apresenta muitas dificuldades em sua sustentação, especialmente quando consideramos a problemática interação entre duas substâncias radicalmente diferentes. Afinal, se a mente é imaterial e independente do cérebro, como explicar o fato de que alguns danos cerebrais podem afetar atividades mentais? E, se a mente é imaterial e independente do cérebro, por que temos então um cérebro tão complexo comparado com o de outros seres vivos? (TEIXEIRA, 2000; VASCONCELLOS, 2007).

Em direta oposição às propostas dualistas, na atualidade, também é possível observar um crescente entusiasmo com as promessas do monismo materialista, que, em suas diferentes versões – por exemplo, materialismo reducionista, materialismo eliminativo – sustenta uma realidade puramente material para os fenômenos mentais.¹ Mas também com relação às concepções materialistas, podemos notar importantes dificuldades metodológicas e teórico-conceituais, especialmente quando se trata de explicar como uma atividade neural resulta em uma mental ou torna-se uma experiência mental em si (ARAUJO, 2013; MATTEWS, 2005).

Material e Método

O intuito principal do presente trabalho é compreender as principais teses e as objeções apresentadas ao materialismo, sobretudo, as explicações apresentadas no Materialismo Eliminativista de Paul Churchland (1942 -) e Patrícia Churchland (1943 -). Mais especificamente, buscamos compreender sua afirmação de que a *Folk Psychology* (Psicologia Popular) apresenta uma

¹ O materialismo tem -se si algumas variações teóricas que defendem soluções diferentes para o problema mente-cérebro. Por exemplo, na teoria da identidade, os estados mentais são tomados como estados cerebrais; nas teorias reducionista, eles são vistos como redutíveis a estados cerebrais (TEIXEIRA, 2000).

linguagem falsa e enganosa acerca do comportamento humano e da vida mental, sendo necessário substituí-la pelo relato neurocientífico, e mostrar a complexidade inerente à investigação da natureza da vida psíquica, ao destacarmos as importantes objeções feitas a essa interpretação materialista.

No desenvolvimento desse trabalho, priorizamos a análise da literatura clássica e recente, especialmente as discutidas nos encontros do Grupo de Estudos 'O problema mente-cérebro na história da psicologia'.

Resultados e Discussão

O Materialismo Eliminativo e a Folk Psychology

Há séculos, filósofos e cientistas empreendem esforços para compreender alguns tópicos que se relacionam à natureza da mente (ou da alma, na tradição filosófica) e às suas interações com o corpo e/ou o cérebro. Entre esses esforços, pode-se observar a intenção de forjar uma “[...] única e unificada explicação para todas as coisas” (MATTEWS, 2005, p. 34), ou seja, tentar apreender os fenômenos naturais e psíquicos, a partir de uma racionalidade científica que se propõe totalizante. Nesse cenário, destacam-se as pesquisas desenvolvidas no âmbito do materialismo ou fisicalismo, que defende tanto a redução da vida mental aos processos físicos quanto a total eliminação da linguagem psicológica, associando-se “[...] à crença na ciência moderna e à sua capacidade de explicar tudo que possamos desejar sobre o mundo e sobre nós próprios” (MATTEWS, 2005, p. 35).

Em outras palavras, observa-se atualmente “[...] uma verdadeira onda de entusiasmo epistêmico motivado pelo contínuo e notável avanço das neurociências, em particular das novas tecnologias de neuroimagem” (ARAUJO, 2013, p. 115). Seus representantes demonstram uma certa “[...] insatisfação generalizada com toda forma de linguagem psicológica tradicional [...] que é atribuída à ingenuidade da nossa tradição dualista e religiosa ocidental” (ARAUJO, 2013, p. 116). No entanto, o mesmo autor nos alerta para

o fato de que a identidade entre a ciência e a cosmovisão materialista não corresponde à realidade e se apresenta de maneira bastante limitada e problemática, como apontaremos mais adiante.

Para Paul Churchland (1984), o materialismo eliminativo compreende a estrutura psicológica do senso comum (*Folk Psychology*) como uma concepção falsa e radicalmente enganosa, tanto na explicação das causas do comportamento humano quanto na compreensão da natureza propriamente dita da atividade cognitiva. Segundo ele, essa psicologia popular acaba por deturpar a compreensão dos nossos estados e atividades internas, impossibilitando o relato neurocientífico dos fenômenos mentais. Dessa forma, para o materialismo eliminativo, conceitos como crença, desejo, medo, sensação, dor, alegria, dentre outros poderão ser explicados a partir de determinados estados neuro farmacológicos e atividades neurais com o futuro amadurecimento das neurociências. Em outras palavras, isso significa dizer que a linguagem da psicologia popular não precisaria “[...] ser reduzida à neurociência: seus conceitos não podem ser traduzidos para os conceitos neurocientíficos sem perda de significado” (MATTEWS, 2005, p. 50), mas sim eliminada e substituída por uma linguagem neurobiológica.

Portanto, segundo a proposta do materialismo eliminativo, tornar-se-ia possível, a partir da neurociência e dos avanços tecnológicos, evidenciar na psicologia popular falhas de natureza explicativa, preditiva e manipulativa. Se ela sobreviveu até hoje, segundo alerta, é porque os fenômenos por ela abordados são difíceis investigação. Ao que parece, Churchland procura justificar que sua teoria apresenta mais vantagens do que outras propostas materialistas, pois não depende da tradução dos conceitos utilizados pela *Folk Psychology* no desenvolvimento das pesquisas em neurociências. Em outras palavras, para esses materialistas “[...] assuntos sobre a ‘consciência’ representam um modelo obsoleto e uma teoria inútil para explicar o comportamento humano, necessita ser substituído por uma nova e melhor explicação que utilizaria apenas o vocabulário e conceitos da neurociência” (MATTEWS, 2005, p. 48).

Nesse sentido, o materialismo eliminativo seria também a mais radical das propostas materialistas, pois, diferentemente dos demais defensores do materialismo, ele nega a indispensabilidade do vocabulário mental, ao defender

a ideia de que a neurociência permitirá explicar os fenômenos do cérebro totalmente, sem ter a necessidade de recorrer aos assuntos da consciência e que, por esse motivo, deveríamos eliminar de vez o vocabulário mentalista, carregado de termos metafísicos (MATTEWS, 2005).

Aqui, vale ressaltar, como afirma Teixeira (2000), que as teorias materialistas da identidade, que reconhecem os estados mentais como idênticos aos estados cerebrais, é uma das soluções para o problema mente-cérebro, na medida em que o apreende a partir da afirmação de que a vida mental seria uma mera variação dos estados químico-físicos do cérebro. Essa tese, contudo, se depara com diversos paradoxos semânticos, como por exemplo, a Lei de Leibniz, que afirma que identidade entre duas coisas implica a existência as mesmas propriedades. Concretamente, isso implicaria atribuir as características dos neurônios, como é o caso da transmissão de corrente elétrica aos estados mentais (TEIXEIRA, 2000).

Em seu projeto, os Churchlands pretenderam, ao não abandonarem o ideal reducionista, tão apenas e simplesmente eliminar, de maneira relativa e não absoluta, a teoria da identidade, devido à sua alegada falsidade. Referiam-se à teoria da identidade, segundo a qual – com base em uma redução ontológica – pretendeu estabelecer “[...] correlatos neurais para todo estado mental” (ARAUJO, 2011, p. 39), apostando no desenvolvimento de uma nova teoria psicológica que se basearia nas conquistas das neurociências. É com base em uma epistemologia e uma história da ciência que os Churchlands defendem a busca de teorias ditas superiores, por intermédio do descrédito que atribuem aos princípios e aos conceitos da *Folk Psychology*, dentre os quais, se destacam as crenças, as sensações, os medos e as intenções.

Exemplificativamente, Paul Churchland critica a psicologia cotidiana como sendo uma abordagem inadequada e incompleta para fazer justiça aos fenômenos mentais, da mesma forma que não forneceria respostas para doenças mentais e para diferenças na inteligência. Recorrendo à história da ciência, compara suas declarações sobre estados intencionais (crença, desejo, medo, sensação, dor, alegria) com teorias da alquimia – o que negaria o papel fundamental de nossas atividades cognitivas que legitimariam sua manutenção (SCHREIBER, 2017). Os eliminativistas apoiam-se também em exemplos na história da física, a qual seria, antes da modernidade, um tipo de física popular.

Contudo, isso teria sido superado, na modernidade, quando os grandes progressos na compreensão da natureza da matéria e do movimento permitiram explicar um conjunto maior de fenômenos a partir de um número menor de leis. De modo semelhante, o que o materialismo eliminativo espera é que os termos mentalistas ainda presentes na compreensão dos comportamentos também sejam substituídos pelas leis da neurociência, na medida em expliquem de forma mais bem sucedida e abrangente os mesmos comportamentos.

É justamente nesse sentido que o materialismo eliminativo radicaliza o projeto reducionista, buscando “[...] superar algumas dificuldades enfrentadas pelas tentativas de redução [...] (visando à) unificação explicativa e a simplificação ontológica” (TEIXEIRA, 2000, p.115). Dessa maneira, a proposta seria reformar a linguagem psicológica a partir da superação da herança cartesiana e da adequação daquela aos avanços das teorias neurobiológicas, progressivamente, com a eliminação do vocabulário mentalista próprio da *Folk Psychology*, reconhecendo uma possível identidade entre teoria psicológica e teoria neurobiológica.

As dificuldades do Materialismo Eliminativo

Como destacado até aqui, o materialismo eliminativo aposta no avanço da neurobiologia para substituir a linguagem do senso comum (crença, desejo, medo etc.) por termos neurais. No entanto, mesmo com os avanços tecnológicos no estudo cerebral, essa abordagem enfrenta sérias dificuldades, sobretudo em relação à intransponibilidade das experiências subjetivas, que são dadas apenas pela introspecção (TEIXEIRA, 2000). Além disso, um erro notável aqui é a confusão entre a *Folk Psychology* e a *Psicologia Científica*, negligenciado que a discussão ontológica sobre a vida mental pertence apenas a uma discussão científica e filosófica, em vez do senso comum (ARAUJO, 2011). Vejamos mais detalhadamente esses pontos.

Diante da tentativa de estabelecer uma ontologia da *Folk Psychology*, observa-se que “[...] a afirmação eliminativista é um argumento metafísico sobre a forma integral de como vemos a realidade e sobre o que existe nela [...]

(MATTEWS, 2005, p. 51-52). E aqui, algumas questões devem ser problematizadas. Mais uma vez, Araújo (2001) problematiza que a proposta de uma ciência psicológica, que tenha por objetivo estudar os fenômenos mentais, depende de uma “ontologia regional bem definida”, alegando que nessa tarefa é fundamental sua definição enquanto campo epistemológico distinto da linguagem popular. Portanto, cabe ao psicólogo questionar-se até que ponto a utilização habitual de termos da psicologia popular, normalmente empregados para “[...] descrever, explicar, prever e avaliar as atitudes e o comportamento das pessoas [...]”, representaria uma estratégia adequada para que pudéssemos compreender os aspectos científicos dos fenômenos mentais. Ou deveríamos usar uma linguagem mais próxima das ciências naturais, como da física ou biologia etc.? (ARAUJO, 2001, p. 46).

Nesse cenário, vale ressaltar que, para Araújo (2001), embora a *Folk Psychology* possa ser um tema de debate e investigação pela ciência psicológica, deve haver uma autonomia da atividade científica, para que não haja uma incorporação indevida dos elementos e termos do senso comum. Para ele, é precisamente essa ausência dessa distinção entre psicologia científica e *Folk Psychology* um dos problemas fundamentais da proposta do materialismo eliminativo.

Nesse ponto, concordamos com o autor, quando afirma que a construção da teoria materialista dos Churchlands refere-se a *Folk Psychology*, compreendendo-a como uma “[...] teoria falsa com uma ontologia totalmente inadequada e quimérica [...]” (p. 49). Em relação à linguagem mentalista dessa psicologia popular a proposta dos materialistas transita desde uma eliminação radical, passando por uma redução total à neurociência, até a proposta de que pode haver uma sobrevivência de alguns conceitos. Mas para Araújo (2001, 2011) tudo isso é feito sem que percebam o fundamental, a saber: os termos utilizados por essa psicologia popular não trazem em si nenhum esboço mínimo de ontologia – o que deveria ser tematizado apenas por uma filosofia da psicologia, uma vez que essa discussão não pertence ao nível do senso comum. Nas palavras do próprio autor:

Portanto, não é recorrendo a uma investigação empírica da *Folk Psychology* enquanto fenômeno psicológico que

iremos resolver o problema da adequação ontológica de nossos conceitos psicológicos, mas sim, a uma análise filosófica de suas próprias reconstruções teóricas, que poderão apresentar as mais diversas caracterizações ontológicas. [...] Consequentemente, não é o estatuto da Folk Psychology que determinaria o futuro vocabulário da psicologia científica, mas sim o estatuto de seus termos transformados em conceitos pertencentes a teorias psicológicas, que seriam submetidas aos critérios estabelecidos para a avaliação de teorias científicas [...] (ARAUJO, 2001, p. 50- 51).

Araújo (2001, p.51) reconhece que, por conta da ausência de diferenciação entre psicologia científica e psicologia popular, o materialismo eliminativo comete um “equivoco ontológico”, ao atribuir uma ontologia para os termos psicológicos do senso comum. Uma vez que a definição ontológica explícita dos termos psicológicos é um assunto que cabe apenas aos fundamentos filosóficos da psicologia científica, quaisquer ataques e mudanças na *Folk Psychology* não altera a condição da primeira. Portanto, as objeções do materialismo eliminativo são impróprias.

Além dessa importante diferenciação entre psicologia popular e psicologia científica, também cabe observar que outra importante dificuldade do materialismo eliminativo é a sua tendência fracassada de reduzir a experiência subjetiva a um relato objetivo e em terceira pessoa. Vale ressaltar, segundo Teixeira (2000), que um dos legados da tradição cartesiana foi exatamente a intransponibilidade da experiência em primeira pessoa, cujo exemplo principal se encontra nos aspectos qualitativos de nossas experiências conscientes subjetivas. Essas qualidades, segundo Nagel (apud TEIXEIRA, 2000) seriam reveladas por intermédio da introspecção, o que difere das informações que são obtidas pela neurociência. Se pensássemos, por exemplo, em um ornitorrinco seríamos capazes de conhecer a sua neurofisiologia e, por certo, sua interação com o mundo físico, mas não seríamos igualmente capazes de imaginar como é ser um ornitorrinco. Portanto, para esse último autor, “[...] as pretensões reducionistas estariam condenadas ao fracasso, uma vez que os

qualia ficariam ausentes da abordagem objetiva da neurociência” (NAGEL apud TEIXEIRA, 2000, p.118). Portanto, seguindo esse argumento, cada um de nós possui seus próprios pensamentos, aos quais apenas nós temos acesso subjetivo e imediato a esses estados como sendo estados conscientes, e por isso sabemos que existem. Isto significa dizer que a minha própria vida mental é definitivamente minha e não algo a ser dividido com outros, e que cada um é o sujeito de sua vida mental, e nenhuma vida mental pode existir sem um pensador, um sujeito.

Nessa mesma direção, Matthews (2007) esclarece ainda que não é possível sustentar uma tese racional acerca do comportamento humano, sem levar em consideração as noções de subjetividade e intencionalidade. Segundo sua argumentação, apreender o que se passa nos cérebros, não permite saber por que motivos duas pessoas defendem teses filosóficas diversas e excludentes, pois para isso deve-se conhecer as razões que as sustentam, a partir de certos parâmetros de avaliação. Assim, seria impossível, até mesmo para um defensor da teoria do materialismo eliminativo, que não reconhece a existência de coisas como sensações, sentimentos e pensamentos, ser capaz de comprovar ou negar diretamente o argumento que defende, visto que ainda são imprescindíveis à interpretação. Aqui a proposta eliminativista encontra-se com a necessidade de sua argumentação referir-se à linguagem mentalista. Trata-se, portanto, de uma argumentação circular, visto que o estabelecimento de uma linguagem neurológico impõe uma necessária referência aos termos da *Folk Psychology*. Assim, parece que limitar a discussão do problema mente-cérebro ao reconhecimento de que um estado ou um processo cognitivo de nível superior dependa de uma atividade neuronal de nível inferior, não explica muito, tratando-se de uma proposta explicativa circular, como bem ressalta Marshall (2009).

Da mesma forma, cabe lembrar avaliação de Uttal (2011), quando afirma que a neurociência carece de uma fundamentação empírica satisfatória, uma vez que os estudos cerebrais por meio de imagens ocorrem em um nível puramente macroscópico – padrões molares e gerais de funcionamento cerebral – ao passo que deveriam ocorrer em um nível microscópico, ou seja, deveriam revelar o funcionamento da complexa rede cerebral – padrões de conexão e de interações entre neurônios individuais em que o processo

cerebral supostamente tornar-se-ia mental. Portanto, falta-nos uma explicação que torne inteligível a passagem do físico para o mental.

Por fim, cabe ainda mencionar um outro foco, em que, em vez de questionarmos sobre que tipo de substância ou coisa a mente é, deveríamos procurar entender o papel que o mental desempenha nas vidas dos seres que a possuem ou o que possibilita aos pensamentos serem conscientes. Nesse sentido, o foco não está na natureza da mente propriamente dita, “[...] mas nos seres que têm mentes e como o papel de possuí-la influencia em suas vidas (MATTHEWS, 2007, p. 79).

Essa reflexão abre caminho para que seja possível compreender estados mentais mais complexos, como os apontados pelo argumento da intencionalidade.² Ou seja, para além de se apreender o que ocorre dentro do indivíduo (seja de sua mente no sentido cartesiano ou de seu cérebro, como defendem os materialistas), será necessário “[...] especificar a relação que eles possuem frente a alguma coisa ou a alguém que lhes é exterior” (MATTHEWS, 2007, p. 119). Portanto, além de uma explicação que torne inteligível a relação físico-mental, falta-nos uma compreensão mais precisa de como os seres dotados de mente se comportam e interagem com o mundo a sua volta.

Conclusão

Esperamos ter mostrado que, assim como as propostas dualistas, as concepções materialistas têm-se deparado com importantes dificuldades metodológicas e teórico-conceituais em sua sustentação. De um modo geral, é possível notar que, apesar do avanço das tecnologias de neuroimagem, o materialismo enfrenta velhos impasses, especialmente em relação à intransponibilidade das experiências subjetivas, que são dadas apenas pela

² Foi o filósofo austríaco, Franz Brentano, quem reintroduziu o termo medieval 'intencionalidade' na discussão filosófica do século XIX, ao apontar que a característica essencial da consciência é sua referência a um objeto. Depois disso, a intencionalidade foi um dos temas centrais na Fenomenologia, e mais recentemente na Filosofia da Mente, sobretudo, quando se compara o funcionamento mental com computadores digitais. Por meio da intencionalidade, destaca-se, sobretudo, que alguns processos mentais não são vazios nem fechados em si mesmos, mas, ao contrário, referem-se a algo no mundo, sendo carregados de significado e sentido.

auto-observação. Ou seja, ele tem fracassado em sustentar que a dimensão subjetiva da experiência humana deva ser compreendida e explicada em termos puramente neurológicos.

Mas, se por um lado, as dificuldades encontradas na investigação do problema mente-cérebro, mantêm inconclusivas muitas questões acerca da natureza dos estados mentais e de suas características (consciência, subjetividade, intencionalidade, etc.), bem como de sua relação com o cérebro (como o fato de que alguns danos cerebrais afetarem as atividades mentais), por outro lado, essas mesmas dificuldades parecem apontar para a complexidade inerente a essa investigação, o que nos faz pensar na necessidade de constante articulação de achados científicos e reflexões histórico-filosóficas nessa área.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Saulo de Freitas. O eterno retorno do materialismo: padrões recorrentes de explicações materialistas dos fenômenos mentais. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v.40, n. 3, p. 114-119, 2013.

ARAUJO, Saulo de Freitas. O materialismo Eliminativo e o problema ontológico da psicologia. **Revista ética e filosofia política**, v. 1, n. 14, p. 36-45, 2011.

ARAUJO, Saulo de Freitas. **Psicologia e neurociência**. Uma avaliação da perspectiva materialista no estudo dos fenômenos mentais. 2ed. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011.

ARAUJO, Saulo de Freitas. A ciência cognitiva e o problema da Folk Psychology. **Temas em psicologia da SBP**, v. 9, n. 1, p. 45-53, 2001.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio M. **Matrizes do pensamento psicológico**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991

MARSHALL, Peter J. Relating Psychology and Neuroscience. Taking up the challenges. **Perspectives on psychological science**, [s.l.], v. 4, n. 2, p. 113-125, 2009.

MATHEUS, Eric. **Mente. Conceitos-chave em filosofia**. Porto Alegre: Artmed, 2007

SCHREIBER, Bernd. **Paul Churchlands 'Eliminativer Materialismus' und seine Kritiker**. Berlin: Grin Verlag, 2017.

TEIXEIRA, João de Fernandes. **Mente, cérebro e cognição**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

UTTAL, W. **Mind and brain. A critical appraisal of cognitive neuroscience**. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2011.

VASCONCELLOS, S. J. L. A filosofia da mente: uma revisão crítica. **Psico**, v. 38, n. 2, p. 190-195, 2007.